



Propostas sobre precatórios estão na pauta de hoje

Plenário pode analisar cinco PECs, duas delas sobre essas requisições de pagamento. Antes, porém, deve votar emendas a projeto sobre responsabilidade fiscal de prefeitos

Duas propostas de emenda à Constituição sobre precatórios estão na pauta do Plenário, com regime especial de tramitação. Uma delas permite financiamento diferenciado para municípios, estados ou União quitarem as dívidas e a outra cria uma nova forma de pagamento com prazo máximo de dez anos. Há mais três PECs em pauta, sobre limite a cargos comissionados na

administração pública, competência judicial sobre acidentes de trabalho e atividades de controle interno de governo. A votação deve começar pelas emendas ao projeto que, em casos de redução de recursos por razões externas, evita a punição de prefeitos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. Também podem ser votados dois projetos sobre criação de varas da Justiça Federal. **3**

Comissão avalia medida sobre contas de 2015 **7**

Congresso suspende visitas até feriado de Tiradentes **2**

CPI do Assassinato de Jovens já pode votar relatório **6**



Dezenas de frascos de medicamentos jogados em estrada no Paraná

País não tem norma específica sobre o descarte de remédios

O descarte de remédios vencidos ou sem uso pelo consumidor doméstico não é regulamentado por nenhuma lei específica no Brasil, o sétimo país do mundo em venda de medicamentos. Muitos remédios ou sobras acabam sendo jogados fora no lixo comum ou

na rede pública de esgotos. Também falta ao país um acordo de logística reversa entre o governo e as empresas farmacêuticas, para devolver à cadeia produtiva os resíduos que precisam de destinação adequada, evitando riscos ambientais e de saúde pública. **4 e 5**



Paulo Paim (2º à dir.) preside debate sobre o alongamento de dívidas estaduais

Renegociação de dívida estadual prejudica servidor, dizem sindicatos

Numa audiência pública que contou com representantes de mais de 20 entidades sindicais, o projeto que alonga o pagamento das dívidas dos estados com a União foi duramente criticado. Para que os governadores tenham acesso ao refinanciamento da dívida, o projeto prevê que eles limitem os reajustes salariais dados aos servidores estaduais e estabelece que os serviços públicos sejam periodicamente reavaliados. Para as entidades

que participaram da audiência, isso castigará duramente os funcionários públicos e poderá ter reflexos negativos na qualidade dos serviços que são prestados à população. Parte dos debatedores pediu que a dívida pública seja auditada, com o objetivo de procurar irregularidades. Eles defenderam a aprovação de outro projeto que trata do mesmo tema, porém sem impor ônus tão pesado aos servidores e às políticas públicas. **3**

Projeto sobre crime cibernético deverá ser avaliado em conselho

O Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso, deve examinar o projeto que permite que provedores de internet forneçam dados do cadastro de usuários sem prévia ordem judicial, em caso de crime cometido pela rede. Como a proposta já foi aprovada em comissão do Senado, o conselho deve analisá-la em profundidade e encaminhar

as conclusões à CPI dos Crimes Cibernéticos, da Câmara dos Deputados.

Os conselheiros discutiram a necessidade de o colegiado acompanhar os mais de 400 projetos em tramitação no Congresso que tratam de comunicação social. Também apresentaram os resultados de seminário sobre restrições em publicidade, especialmente a dirigida a crianças. **8**



Ronaldo Lemos presidiu ontem a reunião do Conselho de Comunicação Social

Seminário indica falta de incentivo à cultura regional

Produção cultural regional enfrenta apoio escasso e dificuldades na aplicação da Lei Rouanet, segundo participantes de debate promovido pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso. Representante do Tribunal de Contas da União criticou captação de recursos para projetos lucrativos, como o Rock in Rio. **6**

Funcionários acusam Nissan de violar direitos

Em audiência no Senado, sindicalistas americanos acusaram a montadora de carros Nissan, de origem japonesa, de pressionar seus funcionários nos Estados Unidos a não se filiarem a sindicatos. A empresa, que é patrocinadora dos Jogos Olímpicos do Rio, nega a acusação. **7**

Audiência pública aborda reforma da Previdência **2**

Senadores analisam novas regras para Fies **6**

Senado empresta obra de arte a museu de Brasília **2**

Comissão vota hoje débito refinanciado de caminhoneiro **7**

Aos 88 anos, morre ex-senador Ney Maranhão **2**

Morre Ney Maranhão, ex-senador de Pernambuco

Atualmente filiado ao PMDB, ele ocupou o cargo no Senado de 1988 a 1995. Antes, foi prefeito de Moreno, município da Região Metropolitana do Recife, e deputado por quatro mandatos

OEX-SENADOR PERNAMBUCANO Ney Maranhão morreu ontem no Recife, aos 88 anos. Ele estava internado para tratar um câncer.

Ney Maranhão foi prefeito de Moreno (PE), deputado federal por quatro mandatos consecutivos, de 1955 a 1969, e senador de 1988 a 1995. No Senado, assumiu o mandato após

a morte do senador Antônio Farias, de quem era primeiro suplente, pelo PMB. Em 1990, filiou-se ao PRN. Atualmente, era filiado ao PMDB.

O corpo foi velado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e será cremado hoje no Cemitério Morada da Paz, em Paulista, Região Metropolitana do Recife.



Maranhão no Plenário do Senado: ex-senador fazia tratamento contra câncer

Nota de pesar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota de pesar pela morte do ex-senador Ney Maranhão. Veja a íntegra:

É com pesar que lamento a morte do ex-senador Ney Maranhão ocorrida nesta segunda-feira.

Prefeito da cidade de Moreno, no Grande Recife, foi deputado federal por quatro legislaturas pelo PTB. Maranhão foi perseguido e cassado pela ditadura militar em 1964. Com idéias firmes, era um grande contador de histórias e defensor das relações entre Brasil e China.

Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal



Visitação ao Senado e à Câmara deve ser reaberta no fim da semana que vem

Programa de visitas ao Congresso fica suspenso até o dia 21 de abril

O Programa de Visitação ao Congresso ficará suspenso até 21 de abril. A medida foi adotada, segundo o diretor-adjunto da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado, Alex Nobre, para garantir a segurança durante as discussões e votações do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, na Câmara, e as prováveis manifestações em frente ao Congresso, que devem reunir grande número de pessoas.

As visitas foram interrompidas no sábado. Os grupos agendados até 21 de abril já foram comunicados do cancelamento, informou o

coordenador de Visitação Institucional e de Relacionamento com a Sociedade, Aguirre Estorilio. A previsão, disse, é que o Congresso seja reaberto à visitação no dia 22.

A visita inclui espaços do Senado e da Câmara e pode ser realizada todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h30, com grupos saindo a cada meia hora. De terça a quinta-feira, somente grupos agendados com antecedência podem participar.

Para agendamento e outras informações sobre o programa: congressonacional.leg.br/visite

Painel de Marianne Peretti voltará a ser exposto

Alumbramento é o nome de uma das peças centrais da mostra *A Arte Monumental de Marianne Peretti*, em exposição no Museu da República, em Brasília. A obra, doada pela autora ao Senado, foi restaurada e emprestada para o evento até o mês de julho.

Marianne Peretti, nascida em Paris e radicada em Olinda (PE), é uma renomada artista com diversas obras espalhadas pelo país, aclamadas pelo público. Foi a única mulher a compor a equipe de Oscar Niemeyer na construção de Brasília. Entre seus trabalhos, estão os vitrais da Catedral de Brasília. No Congresso, há vitrais no Salão Nobre do Senado e no Salão Verde da Câmara.

Na década de 80, ela doou ao Senado o painel *Alumbramento*, obra com 2,8 metros e três camadas de vidro sobrepostas. Devido ao tempo, a peça sofreu danos e, em meados

dos anos 90, teve que ser desmontada para ser recuperada.

Após a exposição, o vitral será realocado no Senado. A previsão é que passe a decorar o Salão Branco, também conhecido como Chapelaria.

Inaugurada no dia 5, a exposição soma mais de 30 obras da

artista. São esculturas, painéis, projetos e projeções de vitrais que ficarão expostos até o dia 5 de julho.

A exposição tem entrada franca e está aberta ao público de terça-feira a domingo, das 9h às 18h30, no Museu da República.



Painel da artista, doado ao Senado, deve decorar o Salão Branco após a mostra

Comissão fará debate sobre reforma da Previdência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 14h30, reunião para organizar audiência pública que acontecerá no dia 27 de abril sobre a proposta do governo para a reforma da Previdência.

De acordo com o *Relatório Mundial de Saúde e Envelhecimento* da OMS, o número de pessoas com mais de 60 anos vai quase triplicar no Brasil. A porcentagem atual, de 12,5% de idosos, deve alcançar os 30% até a metade do século.

Para a reunião, foram convidados a diretora-executiva da Fundação Anfp de Estudos de Seguridade Social e Tributário, Maria Inez Rezende; a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF, Thais Riedel; o vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF, Diego Cherulli; e o representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap)

Moacir Meirelles.

Também fazem parte da lista a assessora parlamentar Patrícia Coimbra; o diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) Daison Portanova; o presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos do Instituto Nacional da Seguridade Social (ANMP), Francisco Cardoso; e a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) Adriana Fetzner.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Plano de trabalho

8h45 A comissão analisa plano de trabalho para avaliação dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Depois, reunião com 26 projetos em pauta. Um deles é o PLS 337/2008, que institui a rastreabilidade de agrotóxicos.

CMA Construção sustentável

9h30 O PLS 252/2014, que dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável, é um dos 15 itens na pauta da reunião de hoje da comissão.

CAE Trabalho a distância

10h A comissão deve analisar, entre outros, o PLS 326/2013, que dispõe sobre o trabalho exercido a distância, e o PLS 195/2012, que obriga o uso de sistema antitravamento das rodas nos veículos automotores.

ASSASSINATO DE JOVENS Relatório

10h15 A CPI analisa requerimento para apresentação do relatório final.

MP 707/2015 Dívidas rurais

11h Análise de relatório da MP, que renegocia dívidas de agricultores e caminhoneiros.

CE Inovação

11h30 O PLS 246/2015, que inclui a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental, e o PLS 228/2014, que assegura ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas, são alguns dos projetos que podem ser analisados.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 45/2009, sobre atividades de controle interno, abre a pauta.

MP 700/2015 Desapropriações

14h30 Audiência interativa para debater a medida provisória, que trata de desapropriações por utilidade pública.

MP 701/2015 Exportação

14h30 Análise de relatório da medida provisória, que promove ajustes no Seguro de Crédito à Exportação.

TRANSPARÊNCIA Audiências públicas

14h30 A comissão analisa requerimentos para a realização de audiências públicas.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário deve votar textos sobre precatórios

Duas das cinco propostas de emenda à Constituição tratam do tema e devem ser votadas após as emendas a projeto sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e as prefeituras

CINCO PROPOSTAS DE emenda à Constituição estão na pauta do Plenário de hoje. Duas delas têm regime especial de tramitação e tratam de precatórios, que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União o pagamento de dívidas após condenação judicial. Hoje o precatório só pode ser iniciado quando a ação judicial é definitiva, não cabendo mais qualquer tipo de recurso.

A PEC 159/2015 permite um financiamento especial dos precatórios em alguns casos e a PEC 152/2015 cria um regime especial de pagamento com prazo máximo de dez anos.

As outras três propostas em pauta tratam de cargos públicos, acidentes de trabalho e controle interno.

A PEC 110/2015 está pronta para a votação em primeiro turno. De autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), ela limita o número de cargos comissionados na administração pública.

Já a PEC 127/2015, de José Pimentel (PT-CE), transfere

da Justiça dos estados para a Federal a competência das causas decorrentes de acidente de trabalho das quais a União for parte interessada. A proposta deve cumprir a última sessão de discussão do primeiro turno. Assim, estará pronta para votação.

As atividades de controle interno da administração pública poderão ganhar respaldo constitucional com a PEC 45/2009, do então senador Renato Casagrande. A proposta incorpora à Constituição o trabalho desempenhado por órgãos como ouvidoria, controladoria e auditoria. A proposição será votada em primeiro turno.

Emendas

A votação em Plenário hoje deve começar com a análise das emendas ao projeto que evita a punição de prefeitos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF — Lei 101/2000) em casos de redução de recursos por razões externas. O PLS 316/2015, de Otto Alencar (PSD-BA), foi aprovado na quarta-feira passada e tem



Renan preside reunião que aprovou, na quinta-feira, calendário especial para tramitação das propostas sobre precatórios

Blairo Maggi (PR-MT) como relator. A proposição faz parte da Agenda Brasil — pauta com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico. Apesar do apoio da ampla maioria no Plenário, na primeira votação os senadores Reguffe (sem partido-DF) e Cristovam Buarque (PPS-DF) demonstraram preocupação com a flexibilização da LRF.

Desoneração

Otto argumentou que os prefeitos acabam sendo punidos

por ações de desoneração do governo federal.

Walter Pinheiro (sem partido-BA) também manifestou apoio ao projeto.

— Quando cai a coleta de impostos como o IPI, o município tem queda de arrecadação. A renúncia é do governo federal. Convivemos hoje com os municípios sendo penalizados, quando na realidade não é de competência desses gestores municipais a responsabilidade com a frustração de expectativa de receitas. É nesse sentido que

o projeto caminha — disse.

Também constam da pauta dois projetos que tratam da criação de varas da Justiça Federal no Rio Grande do Sul (PLC 114/2015 e PLC 117/2015). As novas varas serão criadas nos municípios de Gravataí e Ijuí.

Os projetos ainda dispõem sobre a criação de cargos de juízes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas. Se aprovados, os dois projetos seguirão para sanção presidencial.

Para sindicatos, dívida estadual renegociada castigará servidor

O alongamento das dívidas dos estados com a União, como prevê o PLP 257/2016, do Poder Executivo, penalizará os servidores públicos, alertaram ontem os debatedores que participaram de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os mais de 20 debatedores, em sua maioria representantes de entidades sindicais, disseram que o PLP 257 acarretará congelamento de salários de servidores públicos, aumento da precarização e da terceirização dos serviços públicos, elevação das alíquotas previdenciárias, privatizações, enfraquecimento de programas sociais, suspensão de concursos públicos, venda de bens públicos e diminuição dos serviços públicos ofertados à população.

Também foi unânime o apoio dos participantes ao PLS 561/2015 — Complementar como uma proposta que pode substituir o PLP 257 e dar uma saída para as dívidas dos estados sem prejudicar trabalhadores e o país.

Apresentado por Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, o PLS 561 estabelece um novo índice de cálculo para a atualização monetária das dívidas dos estados e municípios.

Na audiência, o senador

chegou a chamar o PLP 257 de “projotinho vagabundo”.

Segundo o diretor de Formação Sindical da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Rogério Macanhão, o PLP 257 proíbe o reajuste de servidores dos estados que aderirem ao refinanciamento das dívidas.

O projeto, além disso, prevê o aumento das alíquotas previdenciárias e obriga a uma reavaliação periódica das políticas públicas, o que, de acordo com ele, poderia acabar com programas sociais.

— A dívida dos estados nem sequer deveria existir, pois já foi paga — afirmou Macanhão.

Auditoria

O ex-deputado constituinte e professor Hermes Zaneti disse que, por causa de juros altíssimos, o crescimento da dívida dos estados com a União foi exponencial.

A dívida total era de R\$ 93 bilhões em 1999. Em 2014, mesmo depois de os governadores pagarem R\$ 246 bilhões, o total da dívida chegou a R\$ 422 bilhões.

— Foi exclusivamente por culpa do governo federal, foi um assalto que a União fez contra os estados. Qual é o sentido de estado-membro pagar juros escorchantes para a União? Somos o mesmo organismo.



Paulo Paim (2º à dir.) conduz audiência, que teve mais de 20 debatedores

A coordenadora nacional da ONG Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, afirmou que as bilionárias dívidas dos estados “não resistiriam a uma simples auditoria e seriam canceladas”.

Para ela, o PLP 257 vai “arrebentar com a estrutura dos estados e com os servidores públicos”.

— Essa dívida é um esquema e ela tem que ser auditada. A política monetária está travando o país — afirmou.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos, disse que o PLP 257 vai promover uma reforma “sob uma ótica extremamente neoliberal”.

Para ele, se a proposta virar lei, o país terá menos serviços públicos e eles serão de pior qualidade.

— Esse PLP faz terra

arrasada do serviço público.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, classificou a proposta, que tem apoio de vários governadores, de “inoportuna, contraditória e draconiana”:

— É uma estratégia arrasadora para os trabalhadores. O governo quer reduzir o grande Estado brasileiro a um Estado mínimo.

Ataque

Pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), Wagner José de Souza lamentou críticas feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* aos servidores públicos. Ele afirmou que todos os municípios têm servidores públicos dedicados e honestos. Souza disse acreditar que o PLP 257 “é parte de um plano” que prevê a diminuição contínua do número de

servidores públicos.

— Diversos artigos constitucionais estão sendo afrontados pelo PLP, que servirá para tirar mais dinheiro do povo brasileiro — opinou.

A presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis e Região (Sindisaúde-SC), Edileuza Fortuna, afirmou que a proposta é um “ataque enorme aos direitos dos trabalhadores” e que não resolverá a dívida dos estados, mas vai apenas “empurrar com a barriga” a questão.

Na opinião dela, a aprovação do projeto vai acabar com o “já mínimo Estado de bem-estar social criado pela Constituição de 1988”.

Para Alfredo Maranca, presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp), o projeto é “o maior vilipêndio que já se fez com o funcionalismo público brasileiro”.

O secretário do Serviço Público da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), João Paulo Ribeiro, afirmou que em todo momento de crise econômica os servidores são penalizados.

Na avaliação dele, um servidor público valorizado e bem remunerado é uma das principais ferramentas de combate à corrupção.

O perigo do remédio sem uso na farmacinha de cada casa

Apesar de grande consumidor de medicamentos, o Brasil não tem lei nem norma específica sobre o descarte dos produtos vencidos, que podem trazer riscos para o meio ambiente e a saúde pública

Silvio Burle

O BRASIL É o sétimo país do mundo em venda de medicamentos, com cerca de 70,4 mil farmácias. Mesmo assim, não tem lei específica que regule o descarte de remédios vencidos ou sem uso pelo consumidor doméstico. E o governo ainda não conseguiu amarrar com as empresas do setor um acordo de adoção da chamada logística reversa — aquele conjunto de ações para devolver à cadeia produtiva os resíduos que precisam de destinação final ambientalmente adequada. Assim o país convive diariamente com os potenciais riscos ambientais e de saúde pública decorrentes do problema.

— O descarte aleatório de medicamentos vencidos ou so-



Regulamentação depende de acordo setorial

Desde 2011 o governo tenta, sem êxito, costurar um acordo entre indústria, distribuidores e farmácias para implantar a logística reversa no setor de medicamentos destinados ao consumidor doméstico.

— A maior dificuldade é definir como será a divisão de custos de gerenciamento, principalmente a etapa de transportes, que é a mais cara — diz Sabrina Andrade, gerente de Resíduos Perigosos do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Sabrina conta que nas demais cadeias produtivas que foram chamadas para fechar um acordo, os segmentos sentaram juntos e propuseram a criação de uma entidade gestora, contribuindo com ela de acordo com a fatia de mercado correspondente a cada um.

No caso dos remédios de descarte doméstico — o setor hospitalar já tem uma norma específica —, as negociações começaram em 2011 sob a

condução do Comitê Orientador dos Sistemas de Logística Reversa (Cori), que envolve cinco ministérios.

Depois de dois anos de debates, o Cori aprovou a viabilidade técnica e econômica do sistema. E em outubro de 2013 publicou edital convocando os segmentos

para a apresentação de propostas. O problema é que os três documentos elaborados pela indústria farmacêutica, pelos distribuidores de medicamentos e pelos representantes das farmácias foram divergentes.

Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

humano, um dos principais problemas está no desenvolvimento de bactérias resistentes a antibióticos, devido à exposição a eles no ambiente — adverte o professor Alberto Malta Júnior, coordenador do curso de farmácia da Faculdade de Juazeiro do Norte, no Ceará.

Quando aos estrogênios, hormônios ligados ao desenvolvimento de características femininas, o temor tem a ver com o potencial das substâncias para afetar o sistema reprodutivo de organismos aquáticos, como os peixes. Já os quimioterápicos requerem atenção diferenciada pela possibilidade de produzir mutações genéticas.

De acordo com estudo de 2013 da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), não há uma conclusão sobre o principal caminho de contaminação do ambiente.

“É provável que grande parte da presença de fármacos no meio aquático seja proveniente da excreção decorrente da utilização normal dos medicamentos”, diz o documento. “No entanto, como grande parte dos medicamentos não utilizados são descartados de maneira inadequada, a inexistência de um sistema de logística reversa acaba elevando o risco de contaminação.”

para a apresentação de propostas. O problema é que os três documentos elaborados pela indústria farmacêutica, pelos distribuidores de medicamentos e pelos representantes das farmácias foram divergentes.

Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

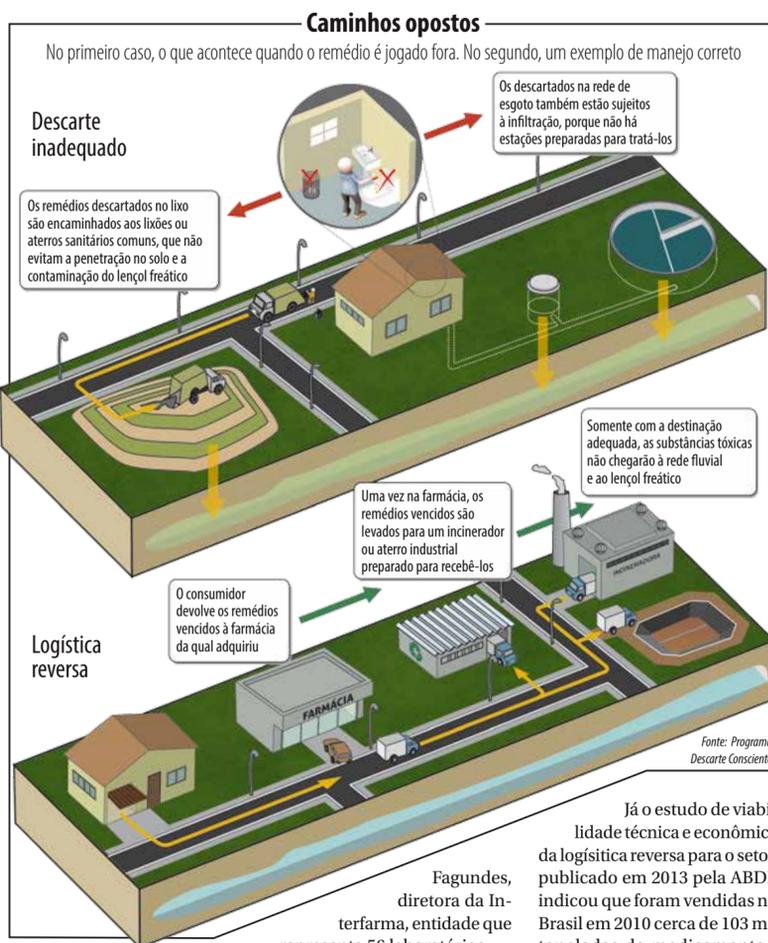
— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.

— Para o MMA, que avaliou as sugestões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada membro da cadeia atribuiu aos demais as principais responsabilidades pelo sistema. A discussão prosseguiu, mas o entendimento não veio.



Para especialistas, prescrição excessiva e interrupção de tratamento são alguns dos motivos para o acúmulo de remédios em casa



editar uma norma impositiva para o setor.

— A demora no acordo se dá em razão da questão do financiamento da logística e destinação final, que são responsabilidades do fabricante — afirma o presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto.

Ele conta que em vários países onde a logística reversa foi adotada, como Espanha e Portugal, os fabricantes financiam o processo com base na alocação de centavos de euro para cada caixa de medicamento.

O problema, no caso, é que, no Brasil, os preços dos remédios são controlados pelo governo, argumenta Maria José Delgado

Já o estudo de viabilidade técnica e econômica da logística reversa para o setor, publicado em 2013 pela ABDI, indicou que foram vendidas no Brasil em 2010 cerca de 103 mil toneladas de medicamentos. O levantamento estimou que o descarte pode ter variado entre 11,3 mil toneladas e 19,6 mil toneladas, dependendo da metodologia usada para o cálculo.

Política

A ideia de adotar a logística reversa em diversas cadeias produtivas ganhou força em 2010, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS — Lei 12.305/2010). Ela obrigou a implantação para setores como o de agrotóxicos, pilhas e baterias e pneus. Para produtos não citados na lei, caso dos remédios, a PNRS determinou que o sistema fosse estabelecido por regulamento e em acordos setoriais e termos de compromisso entre o poder público e as empresas.

Representantes de cerca de 30 empresas e entidades privadas e públicas participaram da elaboração do texto. O documento passou por consulta pública e deverá ser publicado em 90 dias.

— Na ausência de uma lei federal, a Norma NBR 16457 será a mais importante ferramenta para gestores e legisladores entenderem os procedimentos corretos para salvaguardar os riscos e garantir segurança à população — afirma Agostini Roxo.

Na falta de uma lei nacional, o que o consumidor pode fazer

Sem uma lei nacional que obrigue o comércio a recolher os medicamentos vencidos, o que o consumidor pode fazer com os remédios sem uso da farmacinha de casa? Para o coordenador técnico-científico do Conselho Federal de Farmácia (CFF), José Luiz Maldonado, antes de pensar no descarte, é preciso fazer uma outra pergunta: por que existe a sobra?

— Se obedecêssemos a um plano terapêutico, não deveria ter resíduo. O problema pode estar, por exemplo, na prescrição excessiva ou na caixinha de medicamentos, que tem mais ou menos unidades do que as necessárias — diz.

Maldonado defende o direito do paciente a ser tratado de acordo com os princípios da chamada medicina baseada em evidências, “e não em achismo, para bem utilizar os medicamentos e não se expor a risco desnecessário”.

— Mas isso exigiria uma mudança de cultura, desde o ensino até o atendimento, envolvendo as 13 áreas profissionais da saúde — avalia.

O coordenador do CFF aponta um outro caminho que contribuiria para reduzir o desperdício, a adoção do fracionamento de medicamentos. Ele lembra que norma para isso já existe: Decreto 5.775/2006, do governo

federal, e Resolução 80/2006, da Anvisa. Mas a adesão das empresas é facultativa.

— A indústria farmacêutica diz que isso elevaria os custos de produção em 15%. Hoje o fracionamento é zero — lamenta. Para contornar o problema, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) apresentou há quatro anos projeto estabelecendo que “os medicamentos sejam produzidos em embalagens que permitam a venda por unidade, isto é, por comprimido, drágea, ampola etc”. O PLS 33/2012 está na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde será relatado por Romero Jucá (PMDB-RR).

— Esse projeto não é contra ninguém, esse projeto é a favor dos brasileiros — diz o senador, informando que pedirá urgência na tramitação da proposta.

A diretora da Interfarma Maria José Fagundes avalia que o desperdício tem múltiplos fatores. Um deles, acredita, é cultural e a ver com as “prescrições” feitas no boca a boca.

— Todo mundo tem uma receita para uma doença — diz.

Já o presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto, argumenta que, com os dados existentes, não é possível afirmar que há um grande desperdício de remédios no país.

— Para os pacientes de uso crônico, que são a grande maioria, o desperdício é quase nulo, pois as pessoas utilizam o remé-

dio continuamente, dia, ad-

quirindo outro quando esse acaba. Para o medicamento de uso eventual, já existe uma série de embalagens em tamanho adequado ao período do tratamento — diz.

Na opinião dele, a maior parte do resíduo se dá por abandono de tratamento. Segundo o presidente da Abrafarma, a Organização Mundial de Saúde (OMS) admite que 50% das pessoas abandonam o tratamento após seis meses.

José Luiz Maldonado, do CFF, ressalta a falta de dados no país em relação ao efeito dos medicamentos e ao destino que as pessoas dão aos remédios.

— Hoje o paciente recebe o remédio, vai para casa e ninguém sabe o que acontece. Falta rastreabilidade — afirma.

Ele recomenda que o consumidor procure as farmácias para entregar os medicamentos sem uso. Mas se nenhuma loja aceitar, que o cidadão vá até as autoridades sanitárias ou até mesmo ao Ministério Público para garantir o direito de se desfazer dos remédios.

Boas práticas

- 1 Não descartar medicamentos vencidos na pia ou no vaso
- 2 Não descartar no lixo seco ou orgânico
- 3 Não guardar junto com os outros medicamentos da casa
- 4 Guardar em local separado, mas seguro, fora do alcance de crianças
- 5 Se não houver serviço de coleta próximo, procurar a Vigilância Sanitária
- 6 Comprar medicamentos apenas quando necessário
- 7 Comprar a quantidade exata ou a mais próxima do tratamento prescrito
- 8 Não interromper tratamento por conta própria
- 9 Antes de ir ao médico, conferir os remédios que já possui para ver se é possível usá-los se necessário

Fonte: Centro de Informação de Medicamentos do Rio Grande do Sul

ABNT se prepara para lançar norma própria dentro de 90 dias

Será apresentada hoje, em São Paulo, uma norma que se pretende nacional e levará o caminho da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A apresentação ocorrerá durante o Simpósio Internacional de Resíduos de Serviços de Saúde, que começou ontem e segue até amanhã.

Para o empresário José Agostini Roxo, que coordenou o processo de discussão sobre a norma, embora não tenha força de lei, o texto Logística Reversa de Medicamentos Descartados pelo Consumidor — procedimento deverá se tornar referência. Entidade privada sem fins lucrativos, a ABNT é reconhecida como foro para a normatização de diversos setores.

Representantes de cerca de 30 empresas e entidades privadas e públicas participaram da elaboração do texto. O documento passou por consulta pública e deverá ser publicado em 90 dias.

— Na ausência de uma lei federal, a Norma NBR 16457 será a mais importante ferramenta para gestores e legisladores entenderem os procedimentos corretos para salvaguardar os riscos e garantir segurança à população — afirma Agostini Roxo.

O assunto também tem mobilizado senadores. Além do PLS 33/2012, sobre a venda fracionada, tramita no Senado o PLS 148/2011, do ex-senador Cyro Miranda. O texto inclui expressamente os medicamentos na Política Nacional de Resíduos Sólidos e está na CMA, onde deverá ser relatado por Ronaldo Caiado (DEM-GO).

— Se a gente fala do saco plástico, da garrafa pet, não pode esquecer o medicamento, que, entre todos os produtos, é aquele que traz um dano ao meio ambiente e pode prejudicar a saúde das pessoas — alerta a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que relatou o projeto da venda fracionada na legislatura passada.

— Desde o início da ação, em dezembro de 2010, até as 18h de ontem, quando esta reportagem foi fechada, o Descarte Consciente recolheu e deu

destino a 155,3 toneladas de medicamentos sem uso. O sistema, custeado pelos parceiros, é gerido por uma empresa privada, a Brasil Health Service. Presidente da BHS e gestor do programa, o empresário José Agostini Roxo concorda que, além de proteger o meio ambiente e a saúde pública, a logística reversa de medicamentos é viável economicamente.

— Crescemos cerca de 20% ao ano — diz.

Outro programa, tocado pela iniciativa privada, é o Descarte Consciente, que está em 126 municípios de 13 estados. Ele articula empresas do comércio varejista de remédios e da indústria, além de companhias de coleta e destinação de resíduos.

Desde o início da ação, em dezembro de 2010, até as 18h de ontem, quando esta reportagem foi fechada, o Descarte Consciente recolheu e deu

Saiba mais

Projeto de Eunício Oliveira
<http://bit.ly/pls33de2012>

Projeto de Cyro Miranda
<http://bit.ly/pls148de2011>

Política Nacional de Resíduos Sólidos
<http://bit.ly/PoliticaResiduos>

Estudo de viabilidade técnica e econômica da ABDI
<http://bit.ly/estudoABDI>

Programa Descarte Consciente
www.descarticonsciente.com.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Incentivo à cultura é para quem precisa, diz TCU

Seminário do Conselho de Comunicação Social discutiu dificuldades na aplicação da Lei Rouanet e temas como apoio à produção regional e ao audiovisual independente

AS DIFICULDADES DE incentivo à cultura no país, como a falta de apoio à produção regional e a aplicação da Lei Rouanet, foram debatidas ontem durante seminário realizado pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS).

O chefe da Secretaria de Controle Externo das áreas de educação, cultura e desporto do Tribunal de Contas da União (TCU), Ismar Barbosa Cruz, mostrou um acórdão do tribunal, recém-publicado, sobre o apoio com recursos captados pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) ao Rock in Rio de 2011. Segundo o secretário, o TCU apontou que o Ministério da Cultura (MinC) violou o interesse público ao autorizar essa captação para projeto muito lucrativo em detrimento de outros sem condições de sustentação.

O acórdão do TCU, conforme Cruz, determinou que o MinC deve se manifestar sobre as ressalvas apontadas nos pareceres técnicos. Também deve se abster de autorizar a captação de recursos para projetos com forte potencial lucrativo.

O MinC questionou a decisão do TCU. Quer esclarecer o entendimento do tribunal sobre projetos com forte potencial

lucrativo. Além disso, o ministério quer que a determinação do TCU seja transformada em recomendação.

O diretor de Gestão de Mecanismos de Fomento do MinC, Leonardo Silveira Hernandes, explicou que o ministério quer melhorar a análise de projetos para saber como vai atender a decisão do TCU. Ele explicou que a capacidade de atrair investimentos privados precisa de análise mais complexa. Citou o caso do blog da cantora Maria Bethânia. Embora seja uma artista consagrada, precisou de incentivo da Lei Rouanet para captar recursos.

— Apesar de ser artista consagrada, será que um blog de leitura de poemas de Fernando Pessoa atrairia algum investidor privado? Isso mostra que o fato de ser artista reconhecido por si só não garante a captação de recursos — argumentou Hernandes.

A conselheira do CCS Maria José Braga indagou o que o MinC poderia fazer para diminuir a concentração regional. Hernandes disse que, apesar da limitação orçamentária, o ministério discute criar mecanismos de repasse de recursos aos fundos estaduais, que repassariam aos fundos municipais para viabilizar políticas previstas nos planos

municipais de cultura.

O conselho também debateu os projetos de lei envolvendo publicidade infantil. Segundo o diretor comercial da Maurício de Sousa Produções, Rodrigo Paiva, se as leis contra o consumismo infantil passarem do modo como estão propostas, grande parte dos produtos será considerada abusiva e prejudicial à criança. Ele explicou que os projetos limitam muito o uso de cores, a trilha sonora e os efeitos especiais, como brilhos nas embalagens.

Paiva relatou a trajetória de Maurício de Sousa até alcançar o sucesso atual com seus gibis, desenhos animados e filmes. O diretor disse que a competição

com as grandes produções internacionais seria inviável se não fosse o licenciamento obtido para os produtos, que pode ser prejudicado se os projetos forem aprovados como estão agora.

Audiovisual

O vice-presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual (Sicav), Leonardo Edde, disse que o Brasil ainda não possui de fato uma indústria independente nesse setor. Ele explicou que as comédias brasileiras começaram a trazer de novo o público ao cinema, mas existe uma grande crítica por serem de grande apelo comercial e utilizarem a lei de incentivo.

Segundo Edde, a Lei 12.485 de 2011, que trouxe regras para o setor de produção audiovisual independente, foi um grande marco. Desde então o setor vem crescendo, especialmente nas TVs pagas, que agora apresentam equilíbrio entre a programação internacional e nacional.

— Vemos que a produção independente, com o incentivo das leis criadas, consegue ir muito mais longe — disse Edde, apontando exemplos de produções que, em cinco anos da lei, já conseguem caminhar sozinhas, sem precisar do apoio de leis de incentivo, como as animações *Peixonauta* e *Turma da Mônica*.



Representantes do Ministério da Cultura, do TCU e do setor audiovisual debatem política de incentivos à cultura e projetos

Comissão de Educação analisa nova regra para Fies

Nova regra para selecionar candidatos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) será votada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que se reúne hoje, a partir das 11h30. O PLS 433/2014 estabelece novo critério para a escolha dos beneficiados com o Fies: o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O projeto nasceu de sugestão de participantes do Programa Jovem Senador de 2013. Teve como autores os estudantes Isamara Cardoso de Brito, Ivanlins Nascimento da Costa, João Vítor Silva e Maria Eduarda Nunes da Silva.

A relatora é Simone Tebet (PMDB-MS), que apresentou substitutivo. Após a apreciação da CE, o projeto será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A pauta de hoje da comissão tem quatro requerimentos e dez projetos de lei. Um deles é o PLS 472/2015, que inclui entre possíveis beneficiários dos incentivos à cultura da Lei Rouanet os projetos das instituições públicas de ensino superior. A proposta é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e tem como relator Roberto Rocha (PSB-MA). A decisão da CE é final e o projeto poderá seguir para a Câmara, se for

aprovado e não houver recurso para votação em Plenário.

A pauta inclui ainda projetos como o PLC 297/2009, que determina que o trabalho voluntário seja considerado como estágio pelos sistemas de ensino, e o PLS 246/2015, que inclui a inovação tecnológica como conteúdo curricular do ensino fundamental.

Entre os quatro requerimentos, estão audiências públicas para tratar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da fiscalização de gastos na área de cultura.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

CPI do Assassinato de Jovens quer votar relatório final em audiência

O relatório final da CPI do Assassinato de Jovens será apresentado em audiência pública, cujo requerimento será votado hoje a partir das 10h15. O objetivo do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), é que o relatório seja acompanhado por todos que colaboraram com os trabalhos da CPI.

Instalada em maio de 2015, a CPI realizou 29 audiências públicas, reunindo mais de 200 especialistas, acadêmicos, organizações da sociedade civil, parlamentares, órgãos públicos e familiares de vítimas.

Na justificativa do pedido de

audiência, Lindbergh destaca que o Brasil figura entre os recordistas no mapa mundial da violência, com elevados indicadores de homicídios de jovens. O relatório registra a ausência de dados qualificados para diagnóstico preciso da situação e dificuldade de propor medidas efetivas de enfrentamento do problema.

Entre os convidados para a nova audiência, estão ministros, o procurador-geral da República, representantes de entidades de defesa dos direitos dos jovens e dos negros e famílias de vítimas de assassinatos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Patrocinadora da Rio 2016 é acusada de abusos

Em audiência no Senado, trabalhadores da montadora de carros Nissan nos EUA disseram que multinacional age para impedir a sindicalização dos funcionários. Empresa nega

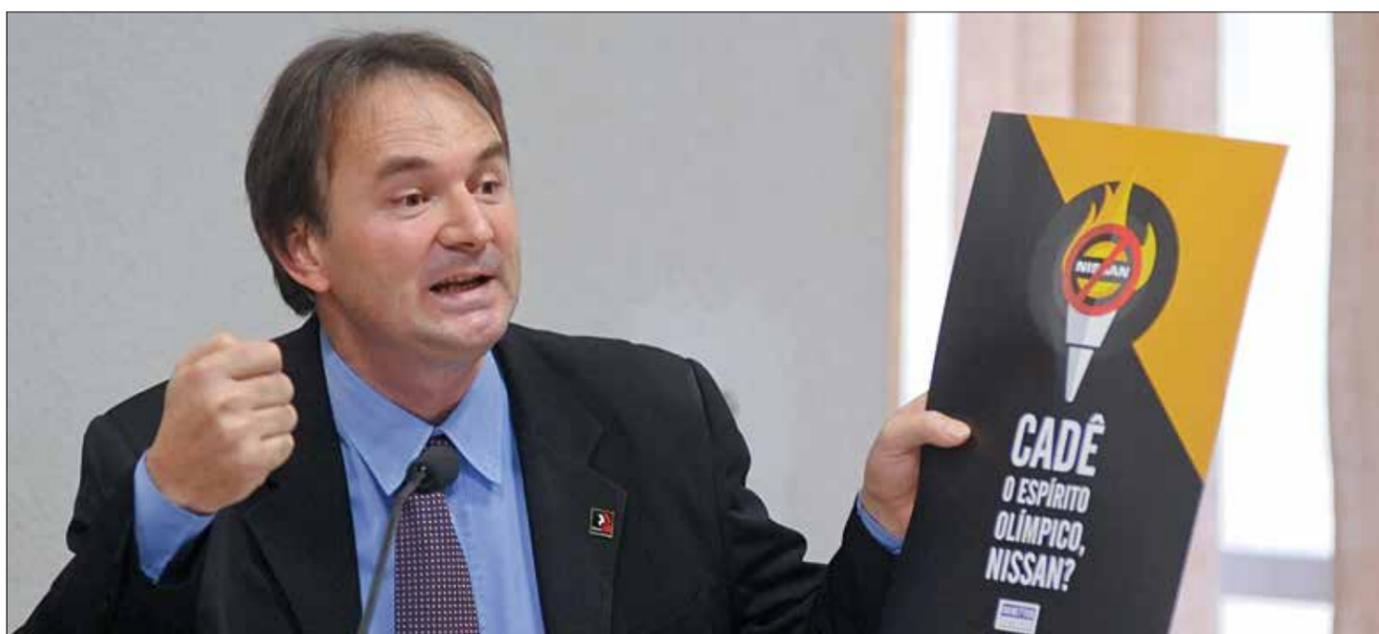
A MONTADORA DE automóveis Nissan viola normas internacionais de direitos trabalhistas ao obstruir a sindicalização de trabalhadores de sua fábrica de automóveis no estado do Mississippi, nos Estados Unidos. A denúncia contra a multinacional japonesa, uma das patrocinadoras dos Jogos Olímpicos do Rio, foi feita por sindicalistas dos EUA que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A empresa nega as acusações.

Quem sugeriu o debate foi o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), em resposta a um pedido de sindicatos brasileiros solidários com a United Auto Workers (UAW), entidade sindical americana que representa trabalhadores do setor automobilístico, e com a IndustriALL Global Union (IGU), que congrega federações de trabalhadores da indústria de 140 países.

De acordo com os sindicalistas, os empregados são submetidos a constrangimentos desde que começam a trabalhar na unidade, na cidade de Canton, onde atuam 5 mil trabalhadores, a maior parte terceirizados.

Uma das táticas seria obrigá-los a participar de sessões de exibição de vídeos com conteúdos que desqualificam os sindicatos. Os vídeos também disseminam a ideia de que a fábrica pode até ser transferida para o México se a empresa ficar sujeita à ação sindical.

As pressões seriam exercidas pelos supervisores, obrigados a chamar os empregados para conversas individuais, utilizadas para reforçar a mensagem de que a sindicalização pode resultar em desemprego. Foi o que afirmou a diretora de Relações Internacionais da UAW, Kristyne Peter:



O secretário da IndustriALL Global Union, Marino Vani, mostra cartaz com críticas à Nissan, uma das empresas patrocinadoras dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio

— Isso não é problema de alguns supervisores. É uma política corporativa.

Entre as queixas relatadas pelos sindicalistas, estão jornadas de trabalho de até 22 dias seguidos, sem folga, problemas de segurança e saúde no trabalho.

Sombrias

Betty Jones, empregada da fábrica, classificou de “sombrias” as práticas antissindicalistas da Nissan. Ela disse que, logo depois da exibição dos vídeos, as chefias constroem o empregado com pedido para que opinem sobre o conteúdo apresentado. Também reprimem o uso de broches ou camisas que citam o sindicato e qualquer tipo de conversa sobre sindicalização.

— Sei que não posso me dar ao luxo de perder meu emprego, mas sei também que preciso lutar. Não vou deixar que me calem — disse.

O diretor de Organização Sindical da UAW, Richard Bensinger, disse que a entidade não está em campanha

contra a Nissan, mas contra o seu padrão de relações com o sindicalismo, “na contramão da qualidade de seus carros”.

Segundo ele, a empresa vem inclusive utilizando escritórios de advocacia para “manipular” empregados e evitar que se organizem em sindicato.

A empresa já recusou a oferta de mediação feita pelo governo dos EUA para pôr fim ao longo conflito relativo às práticas antissindicalistas.

Bensinger criticou a posição assumida pelo presidente da empresa, Carlos Ghosn, quando prestou depoimento no Parlamento da França sobre as ocorrências nos Estados Unidos. Ghosn foi chamado em razão do controle acionário da empresa ser hoje da francesa Renault, que por sua vez tem mais de 30% de participação estatal. Nascido no Brasil, mas naturalizado francês, Ghosn se defendeu dizendo que a empresa cumpre fielmente a legislação trabalhista americana.

Também participou da audiência da CDH Frank Figgers,

ativista vinculado a uma organização que reúne clérigos e associações comunitárias do Mississippi, que prestam apoio aos trabalhadores da Nissan. Ele disse que o estado deve continuar lutando para garantir justiça social para seus trabalhadores:

— Não às ameaças, não à intimidação, não à violência.

Protesto

No Brasil, as entidades sindicais engajadas na luta em favor dos trabalhadores da Nissan estão aproveitando os eventos relacionados às Olimpíadas para fazer campanhas de denúncia contra a empresa.

Em fevereiro, houve um protesto em frente à sede do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), no Rio. A organização das Olimpíadas foi cobrada a exigir da montadora o cumprimento das mesmas regras de responsabilidade social e respeito aos trabalhadores aplicáveis a toda a cadeia de fornecedores do evento.

O brasileiro Marino Vani,

secretário da IndustriALL Global Union, salientou que as organizações sindicais apoiam os Jogos Olímpicos, mas com participação de empresas que tenham responsabilidade social “como princípio e prática”.

Outros sindicalistas afirmaram que as manifestações vão continuar ao longo do evento. Na audiência, um cartaz exibido pelos sindicalistas desafiava a empresa: “Cadê o espírito olímpico, Nissan?”

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, salientou o “incômodo” causado por medidas antissindicalistas praticadas por uma multinacional dirigida por um executivo sempre lembrado por sua origem brasileira.

— Seu compromisso maior deveria ser com o respeito aos trabalhadores.

Ficou decidido que a CDH vai buscar o apoio de outros senadores para sensibilizar Ghosn a abrir caminho para o diálogo entre os trabalhadores e a direção da fábrica nos Estados Unidos. O COB também será acionado.

Deve ser votado hoje refinanciamento de dívida de agricultor e caminhoneiro

A comissão mista da medida provisória que prorroga o prazo para o refinanciamento de dívidas rurais e de caminhoneiros vota o relatório hoje, às 11h. Se aprovado na comissão, o texto do deputado Marx Beltrão (PMDB-AL) será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 707/2015 suspende até 31 de dezembro de 2016 a cobrança judicial de dívidas relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 100 mil.

A MP proíbe que também até 31 de dezembro deste ano as dívidas sejam inscritas na Dívida Ativa da União. Até a mesma data fica suspensa a prescrição dessas dívidas. A medida alterou a Lei

12.844/2013, que antes previa o prazo de até 31 de dezembro de 2015 para suspensão da cobrança das dívidas.

Caminhões

A medida provisória também autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a prorrogar até 30 de junho o prazo para a formalização de refinanciamento de empréstimos contraídos por caminhoneiros para a aquisição de caminhões, carretas, reboques, carrocerias e outros bens semelhantes.

O prazo anterior previsto na Lei 12.096/2009 para o refinanciamento desses empréstimos também era 31 de dezembro de 2015.

A comissão mista é presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Comissão analisa medida que facilita cobertura de despesas federais de 2015

O relatório sobre a medida provisória que autoriza a União a destinar superavit de fontes específicas para cobrir despesas de 2015 deve ser votado amanhã, às 14h30, na comissão mista. Se aprovado, o texto segue para os Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 704/2015 permite que o superavit financeiro das fontes de recursos decorrentes de vinculação legal existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2014 possa ser destinado à cobertura de despesas primárias obrigatórias no exercício de 2015, como gastos com pessoal, benefícios previdenciários e assistenciais, Bolsa Família e ações e serviços públicos de saúde. A MP ainda vincula os retornos de refinanciamentos do BNDES para o pagamento da dívida pública federal.

O objetivo do Executivo é desvincu-

lar as fontes de recursos provenientes de royalties do petróleo, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), de taxas e multas pelo exercício do poder de polícia e multas de processos judiciais e de compensações financeiras pela exploração dos recursos minerais, entre outras fontes. O governo destaca na justificativa da MP que esse procedimento já foi utilizado em diversas ocasiões desde 1997.

A medida não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a estados e municípios. A MP diz ainda que os valores pagos pelo BNDES à União, referentes às concessões de crédito realizadas por força de lei ou medida provisória, serão destinados exclusivamente ao pagamento da dívida pública federal.

Conselho deve avaliar texto sobre crime na web

Representantes do setor de comunicação social estão preocupados com projeto que facilita obtenção de prova em crimes cibernéticos

PROJETO QUE ABRE a possibilidade de identificar o usuário de internet sem prévia ordem judicial, em caso de crime cometido pela rede, deve ser motivo de preocupação do Conselho de Comunicação Social, segundo o vice-presidente do órgão, Ronaldo Lemos.

Ele recomendou que, como o projeto (PLS 730/2015) já foi aprovado em comissão, os conselheiros façam um exame aprofundado sobre o tema para ser encaminhado à CPI dos Crimes Cibernéticos, da Câmara dos Deputados.

Lemos, que presidiu a reunião do conselho ontem, destacou propostas em tramitação no Senado que merecem a atenção do conselho.

O conselheiro Davi Emerich recomendou que o órgão procure fazer o acompanhamento



Conselho de Comunicação Social do Congresso deve examinar proposta, já aprovada em comissão, e encaminhar relatório à CPI dos Crimes Cibernéticos, da Câmara

de todos os projetos que se referem a comunicação social em andamento no Senado e na Câmara.

Ele calcula que existam mais de 400 projetos de lei, que devem ser monitorados pelo conselho. Na opinião de Emerich, a secretaria do conselho deve informar aos conselheiros quais projetos estão em discussão e o andamento nas comissões.

Por iniciativa da conselheira Maria José Braga, representante dos jornalistas profissionais,

foi distribuído entre os conselheiros um manifesto em inglês produzido pela Federação Internacional de Jornalistas, que revela as preocupações da entidade com as ameaças à liberdade de imprensa no Brasil. O representante das empresas de rádio, Walter Vieira Ceneviva, do Grupo Bandeirantes, criticou o teor do manifesto.

— Não há nenhuma democracia mais sólida e mais efetiva do que a brasileira — afirmou.

Maria José Braga reagiu:

— Existe uma tentativa de golpe em curso e isso é um grande abalo na democracia brasileira.

Publicidade

O Conselho de Comunicação Social aprovou a realização, em data a ser marcada, de uma audiência pública para avaliar questões sobre as repetidoras de televisão.

O representante da sociedade civil, conselheiro Marcelo Cordeiro, apresentou relatório

sobre os resultados do seminário Restrições em Publicidade e Propaganda. No texto, ele propõe que a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor faça um levantamento das reclamações sobre comerciais dirigidos às crianças e o envie ao Conselho Nacional de Comunicação. Sugere também a criação de um relatório anual contendo números de relações e as punições impostas no caso de reclamações dos usuários contra comerciais em órgão de divulgação.

Para Ataídes, endividamento revela a crise

As dívidas interna e externa brutas do Brasil provam que o governo deixou o país em estado lastimável, segundo Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

— Enquanto em 2003 essas dívidas somavam R\$ 852 milhões, hoje são R\$ 4 trilhões — disse.

O senador questionou por que o PT quer continuar no poder mesmo diante dessa crise política, moral e econômica.

— A imprensa está aí a noticiar. O governo está loteando o país, comprando apoio. Trata-se de um outro mensalão, mas um mensalão de alto nível. Negociando mais de 600 cargos, hoje, de ministros, diretores de estatais, autarquias, fundações com salários de R\$ 13 mil a R\$ 30 mil, e liberando emendas para parlamentares — acusou.



Gleisi considera golpe processo contra presidente

O governo considera um golpe o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Na análise da senadora, o relatório do deputado Jovair Arantes, que é favorável ao processo, é marcado por inconsistências.

— Que tipo de processo nós vamos ter? Eivado de vícios. Que não tem base constitucional e que tem a dúvida do relator. É uma aberração isso. Não pode dar certo. Vamos ter uma instabilidade política maior do que a que estamos tendo.

Ela também afirmou que o processo pelo afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, “é moroso e com toda garantia de defesa”, mas que no processo contra Dilma essa garantia não aconteceu.

Crimes de Dilma são evidentes, afirma Ferraço

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu atenção dos brasileiros ao processo de impeachment, que, em sua avaliação, será o tema dominante da semana.

Ao reiterar apoio ao afastamento de Dilma Rousseff, ele disse considerar evidentes os crimes de responsabilidade da presidente. Para o senador, Dilma atentou contra a probidade administrativa e contra a lei orçamentária, “premissas fundamentais para a manutenção, a estabilidade, a sustentação das importantes políticas públicas, que fazem enorme diferença, sobretudo no dia a dia de milhões de brasileiros que demandam um funcionamento do Estado eficiente”.

Ferraço também fez homenagem ao empresário capixaba Valécio Chieppe, falecido no sábado.



Vanessa condena hostilidade contra senadores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que pedirá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que tome medidas para advertir e punir grupos que tentam hostilizar parlamentares contrários ao impeachment.

A senadora condenou manifestações de um grupo de pessoas contra Gleisi Hoffmann (PT-PR) na semana passada, em Curitiba.

Ao mesmo tempo em que parlamentares são hostilizados, disse Vanessa, pesquisa do DataFolha aponta que cresce o número de pessoas “contra o golpe”:

— A atitude firme de vários senadores e de vários deputados, de ficar ao lado da verdade, talvez não seja a opção mais fácil, mas é a mais correta. Sem dúvida, tem contribuído para que a população brasileira abra os olhos.

Alvaro associa dívida pública à corrupção

A dívida pública está relacionada à corrupção, afirmou Alvaro Dias (PV-PR). O senador considera que o país não vai superar o caos na saúde, a recessão, a inflação e o desemprego se o governo não administrar melhor essa dívida.

Alvaro disse que a dívida já passa dos R\$ 4 trilhões e que no ano passado o governo gastou para refinanciá-la R\$ 962 bilhões, metade do que o país arrecadou. Para este ano, o Orçamento reserva R\$ 1,348 trilhão para amortização e refinanciamento da dívida, acrescentou.

— A dívida pública cresceu mais do que deveria devido à corrupção, ao superfaturamento de obras e a empréstimos mal explicados do BNDES para grupos empresariais e países como Cuba, Angola e Venezuela.



Regina aponta preconceito contra mulher na política

As críticas ao governo Dilma revelam o preconceito que existe contra as mulheres, segundo Regina Sousa (PT-PI).

— Como pano de fundo há a ideia de que, se a mulher for mais diplomática no comando do país, é taxada de líder fraca e emocional. Mas se é dura, é tida como descontrolada e agressiva — disse.

A senadora acrescentou que Cristina Kirchner, na Argentina, passou por isso e Hillary Clinton agora sofre esse preconceito na disputa presidencial nos Estados Unidos.

Regina afirmou ainda que há vazamentos seletivos contra o governo relacionados à campanha eleitoral de 2014 e que denúncias envolvendo integrantes de partidos da oposição não mereceram o mesmo destaque da mídia.

Paim propõe assembleia revisional

A convocação de uma assembleia revisional exclusiva para a reforma política, eleitoral e partidária, com membros a serem eleitos nas eleições municipais deste ano, está prevista em proposta de emenda à Constituição apresentada por Paulo Paim (PT-RS).

Pela proposta, anunciada pelo senador ontem, a assembleia será formada por 129 representantes do povo, terá 180 dias para concluir os trabalhos, e as mudanças no sistema político, eleitoral e partidário aprovadas serão submetidas a um referendo popular. Se a reforma receber o aval popular, as novas regras começarão a valer em 2018.

— Sabedores que somos dos erros e defeitos do nosso atual sistema partidário-eleitoral e das tensões a que temos sido submetidos em função dessas imperfeições, não podemos postergar a reforma política — defendeu o senador.



Moneiro Manz/Agência Senado



Moneiro Manz/Agência Senado



Moneiro Manz/Agência Senado